



## RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE ANÁLISE TÉCNICA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

PROCESSO:	1944231/2024
PRINCIPAL:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE GENERAL CARNEIRO
GESTOR:	ANA PAULA SILVA DE OLIVEIRA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	MARIO SOUSA PAULINO
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
EQUIPE TÉCNICA:	SUZANE MARIA TEIXEIRA PEDROSO DE FIGUEIREDO
NÚMERO DA O.S.	46/2025

APLIC/ControlP

### 1. ANÁLISE TÉCNICA

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no art. 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 47, da Constituição do Estado de Mato Grosso; arts. 10, inciso XXIII e 211 da Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2021 e nos arts. 7º e 12 da Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2022, apresenta-se, para fins de registro, Relatório Técnico com análise simplificada acerca da Portaria nº 202/2024, que concedeu o benefício previdenciário da Aposentadoria por Incapacidade Permanente ao **Sr. Mario Sousa Paulino**, servidor nomeado em caráter efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, classe/nível "C"/"11", lotado na Secretaria Municipal de Administração, do Município de General Carneiros, contando com 31 anos, 2 meses e 12 dias de contribuição, com proventos integrais.

Encontram-se acostados aos autos o requerimento, documentos pessoais, certidão de vida funcional, termo de posse, certidão para fins de aposentadoria e/ou pensão, recibo de pagamento de salário, declaração de não acúmulo ilegal de cargo público, declaração de não acúmulo de Benefícios, nas páginas 2, 3 a 5, 9, 10, 11, 14, 20, 21 doc. digital nº 555511/2024.

Ressalta-se que o Laudo Médico Pericial atesta a patologia como incapacidade permanente para o trabalho e se enquadra no rol das doenças graves constantes no artigo 14 da Lei 539/2005 de 28/09/2005, com as alterações da Lei Complementar de nº 1.029 de 29/04/2020 (RPPS), conforme página 23 doc. digital nº 555511/2024.

O Sr. Mario Sousa Paulino, ingressou no serviço público em 12/08/1993, conforme Termo de Posse na página 10 doc. digital nº 555511/2024.

Dessa forma, em atendimento à Resolução Normativa TCE-MT nº 16/2022, que determinou a apreciação simplificada dos atos concessivos de aposentadoria, reforma, reserva e pensão, constatou-se que:

1) A Portaria nº 202/2024 de 16/10/2024, publicada em 17/10/2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 4.594, contém os seguintes dispositivos legais utilizados para a concessão do benefício previdenciário da Pensão por Incapacidade Permanente: artigo 6º- A da Emenda



Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012, c/ c artigo 12, inciso I, alínea “a” e artigo 14, ambos da Lei Municipal nº 539 de 28/09/20005, **com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019** e Lei Complementar nº 1.029 de 29/04/2020 (RPPS), sendo esta fundamentação em parte pertinente a concessão, visto que são necessárias retificações e complementações a serem efetuadas (artigo 12, caput).

Observa-se que a inclusão na fundamentação da concessão registrada: "... c/c artigo 12, inciso I, alínea “a” e artigo 14, ambos da Lei Municipal nº 539 de 28/09/20005, **com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019**, é incorreta visto que a **EC 103/2019, não compatibiliza** as regras da citada Emenda Constitucional no que se refere aos dispositivos pertinentes à concessão em análise, conforme estabelece as legislações:

**art. 40, § 1º, I da Constituição da República, com redação dada pela EC nº 41/2003, que assim versa:**

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados **na forma dos §§ 3º e 17:** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)  
I - **por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (g.n.)

**artigo 6º- A da Emenda Constitucional 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional 70/2012**

Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, **que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal**, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, **não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012) (g.n)

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012)

**artigo 12, inciso I, alínea “a” e artigo 14, ambos da Lei Municipal nº 539 de 28/09/20005**

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVIGEN serão aposentados:  
I - por invalidez permanente, **sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou **doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14.**  
a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVIGEN e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

**Lei Complementar nº 1.029 de 29/04/2020 (RPPS) que altera a Lei Municipal nº 539 de 28/09/20005**



Art. 12 Os servidores abrangidos pelo regime do GENERAL-PREVI serão aposentados:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo **os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 14:**

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do GENERAL-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao desligamento do segurado do serviço.

(...)

**Art. 12-A. Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n. 41, de 31 de dezembro de 2.003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não se aplicando os dispostos nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem o artigo 13 desta Lei Municipal.**

**§ 1º Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput deste artigo o disposto no Parágrafo Único do art. 78 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao caput deste artigo.**

§ 2º Os benefícios de aposentadoria incapacidade permanente para o trabalho concedidos a partir de 1º de janeiro de 2.004, cujos servidores se enquadrem no regramento estipulado no caput deste artigo, terão seus proventos revisados, considerando a remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com efeitos financeiros a partir de 29 de março de 2012, data de promulgação da Emenda Constitucional nº 70/2012.

#### **Emenda Constitucional nº 103/2019**

"Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

(...)



Art. 26. Até que lei discipline o cálculo dos benefícios do regime próprio de previdência social da União e do Regime Geral de Previdência Social, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições a regime próprio de previdência social e ao Regime Geral de Previdência Social, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os arts. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, **correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.**

(...)

**§ 2º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:**

(...)

**III - de aposentadoria por incapacidade permanente aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto no inciso II do § 3º deste artigo; e**

(...)

**§ 3º O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma prevista no caput e no § 1º:**

**I - no caso do inciso II do § 2º do art. 20;**

**II - no caso de aposentadoria por incapacidade permanente, quando decorrer de acidente de trabalho, de doença profissional e de doença do trabalho.**

Nesse contexto, observa-se que nos termos art. 40, § 1º, I da Constituição da República, com redação dada pela EC nº 41/2003, os proventos são “proporcionais ao tempo de contribuição”. Contudo, o próprio texto Constitucional cria uma hipótese de exceção, no caso do beneficiário que sofre acidente em serviço ou é acometido de moléstia profissional ou doença grave ou incurável, na forma da lei.

Outrossim, o artigo 6º-A da Emenda Constitucional 41/03 com redação dada pela da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, assegura aos servidores públicos, que ingressaram até a publicação da Emenda Constitucional n. 41/2003 (31/12/2003) e se aposentarem por invalidez, o direito aos proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria e com direito à paridade.

Nota-se que esse dispositivo prevê, expressamente a inaplicabilidade do cálculo pela média contributiva e do direito ao reajuste anual pelo Regime Geral de Previdência Social (§§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal) e determina que o cálculo dos proventos se dê pela última remuneração do cargo efetivo, com direito à paridade com os servidores da ativa (art. 7º da EC nº 41/2003).



A legislação previdenciária do Município de General Carneiro, Lei Municipal nº 539/2005 e alteração efetivada por meio da Lei Municipal nº 1.029 de 29/04/2020 (RPPS), manteve-se a mesma disposição por meio dos artigos 12 e 12-A e artigo 14.

Dessa forma, conclui-se que a Portaria de nº 202/2024 deverá ser retificada e novamente publicada, passando a ser fundamentada da seguinte forma:

(...) O Prefeito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003, combinado com o artigo 6º-A Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,, acrescentado pela Emenda Constitucional Federal de nº 70/2012, assim como o artigo 12, inciso I, alínea “a”, artigo 12-A e artigo 14, todos com redação dada pela Lei Municipal nº 539 de 28/09/2005, alterada pela Lei Municipal nº 1.029 de 29/04/2020, que rege a previdência municipal. (...)

**Dispositivo Normativo:** artigo 40, § 1º, I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19/12/2003, combinado com o artigo 6º - A da Emenda Constitucional Federal nº 41/2003, acrescentada pela Emenda Constitucional Federal nº 70/2012, c/c 539 de 28/09/2005, alterada pela Lei Municipal nº 1.029 de 29/04/2020, que rege a previdência municipal e Manual de Remessa de Documentos ao TCE-MT (5ª versão).

**Evidência de Auditoria:** Portaria de concessão constante nos autos, conforme páginas 6 a 8 doc. digital nº 281665 /2023.

1.1) A fundamentação da Portaria de nº 202/2024 encontra-se incompleta e com incorreções pertinentes à concessão do seguinte dispositivo: ...c/c artigo 12, inciso I, alínea “a” e artigo 14, ambos da Lei Municipal nº 539 de 28/09/2005, **com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019”, visto que a inclusão da Emenda Constitucional nº 103/2019 no citado dispositivo não compatibiliza às regras da citada Emenda Constitucional no que se refere aos dispositivos pertinentes à concessão em análise. LB15**

Seguindo a análise, observa-se ainda que Portaria de nº 202/2024 registra incorretamente o **nome do beneficiário e o nº do seu CPF**, visto que o correto é MARIO SOUSA PAULINO e 5XX.XXX.XXX-XX, conforme documentos pessoais (RG E CPF) nas páginas 3 a 5 doc. 555511/2024:

**Dispositivo Normativo:** Manual de Remessa de Documentos ao TCE-MT (5ª versão).

**Evidência de Auditoria:** Portaria de concessão constante nos autos, conforme páginas 3 a 5 e 6 a 8 doc. digital nº 555511/2024.

1.2) A Portaria de nº 202/2024, publicada em 17/10/2024, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 4.594, referente à concessão do benefício da Aposentadoria por Incapacidade Permanente, registra incorretamente o nome do beneficiário e registro do seu CPF, necessitando a devida correção, respectivamente, MARIO SOUSA PAULINO e 5XX.XXX.XXX-XX, conforme documentos pessoais (RG E CPF) nas páginas 3 a 5 doc. 555511/2024, em desacordo ao que estabelece o capítulo IV, Item 1.1.3.3 do Manual de Orientação para Remessa de Documento ao TCE (5ª versão). LB15



2) Os autos contêm posicionamentos por meio do Parecer Jurídico nº 151/2024 e do Parecer do Controle Interno favoráveis à concessão do benefício, respectivamente, nas páginas 17 a 19 doc. digital nº 555511/2024 (artigo 12, II).

3) O valor do benefício de R\$ 3.702,38 é inferior a seis salários-mínimos, conforme Planilha de Cálculo de Proventos, página 13 doc. digital nº 555511/2024 (artigo 12, I). Por fim, cumpre observar que o valor do benefício não foi analisado, tendo em vista que a análise simplificada, instituída pela RN n.º 16/2022, contempla tão somente a verificação quanto à indicação dos dispositivos legais e da publicação do ato da respectiva concessão.

## 2. CONCLUSÃO

Assim sendo, sugere-se, em conformidade com o artigo 113, § 1º, a **CITAÇÃO** do responsável, para, em obediência a garantia do contraditório e ampla defesa, consagrada pelo artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil, apresentar esclarecimentos e providências, sob pena de ser denegado o registro:

**ANA PAULA DA SILVA OLIVEIRA** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 03/01/2024 a 31/12/2024

**1) LB15 RPPS\_GRAVE\_15.** Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) A fundamentação da Portaria de nº 202/2024 encontra-se incompleta e ainda com incorreções pertinentes à concessão do seguinte dispositivo: "...c/c artigo 12, inciso I, alínea "a" e artigo 14, ambos da Lei Municipal nº 539 de 28/09/20005, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019", visto que a inclusão da Emenda Constitucional nº 103/2019 no citado dispositivo não compatibiliza às regras da citada Emenda Constitucional no que se refere aos dispositivos pertinentes à concessão em análise. Por isso solicita-se a complementação e correção dos dispositivos legais pertinente, conforme Tópico 1. ANÁLISE TÉCNICA. Subtópico 1).

1.2) Incorreção na Portaria de nº 202/2024 referente à concessão do benefício da Aposentadoria por Incapacidade Permanente, registra incorretamente o nome do beneficiário e o nº do seu CPF, necessitando a devida correção, respectivamente, MARIO SOUSA PAULINO e 5XX.XXX.XXX-XX, conforme documentos pessoais (RG E CPF) nas páginas 3 a 5 doc. 555511/2024, em desacordo ao que estabelece o capítulo IV, Item 1.1.3.3 do Manual de Orientação para Remessa de Documento ao TCE (5ª versão). Por isso, solicita-se a retificação no registro do nome e do nº do CPF do beneficiário, conforme Tópico 1. ANÁLISE TÉCNICA. Subtópico 1).

Em Cuiabá-MT, 6 de fevereiro de 2025

---

SUZANE MARIA TEIXEIRA PEDROSO DE FIGUEIREDO  
TECNICO DE CONTROLE PUBLICO EXTERNO  
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA